

A DIMENSÃO DA MICROGRAMÁTICA E DA MACROGRAMÁTICA EM ARTICULADORES SINTÁTICOS E OPERADORES ARGUMENTATIVOS: UM ESTUDO FUNCIONAL SOBRE CONECTORES CONCLUSIVOS EM REDAÇÕES DO ENEM

Ana Cláudia Machado Teixeira¹

Monclar Guimarães Lopes²

RESUMO: Neste texto, propomos uma abordagem fundamentada nas dimensões da microgramática e da macrogramática (cf. HASELOW, 2016) para a descrição de articuladores sintáticos e operadores argumentativos. Postulamos que esses elementos se distinguem quanto aos princípios de serialização quando articulam diferentes porções de texto. Na dimensão da microgramática, os articuladores sintáticos organizam relações hierárquicas de natureza morfológica e/ou sintática entre constituintes próximos, em um escopo textual relativamente pequeno. Na dimensão da macrogramática, os operadores argumentativos envolvem um escopo textual mais amplo e captam aspectos da própria enunciação e da macroconstrução textual. Para dar conta dessa proposta, elaboramos uma breve revisão bibliográfica de temas que consideramos relevantes a essas duas dimensões, indicando um ajuste importante para refinarmos nossas análises acerca de elementos que operam, em especial, no âmbito da macrogramática. A fim de exemplificar esse ajuste, examinamos concisamente conectores conclusivos – principalmente o *portanto* – na articulação de orações, períodos e parágrafos em 50 redações nota mil do Enem. Os dados são investigados, sob um viés prioritariamente qualitativo, à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso e da Linguística do Texto.

Palavras-chave: Conector conclusivo. Microgramática e macrogramática. Linguística Funcional Centrada no Uso.

THE MICROGRAMMATICAL AND MACROGRAMMATICAL DIMENSIONS IN SYNTACTIC ARTICULATORS AND ARGUMENTATIVE OPERATORS: A FUNCTIONAL STUDY ON CONCLUSIVE CONNECTORES IN ENEM COMPOSITIONS

ABSTRACT: In this text, we propose an approach based on the dimensions of microgrammar and macrogrammar (cf. HASELOW, 2016) for the description of syntactic articulators and argumentative operators. We postulate that these elements differ in terms of serialization principles when they articulate different portions of text. In the microgrammar dimension, syntactic articulators organize

¹Doutora em Estudos de Linguagem (UFF). Professora Adjunta IIC de Língua Portuguesa na UFF. Pesquisadora, atuando no grupo "Conectivos e Conexão de Oração" (CCO), voltado para estudos na Linguística Funcional Centrada no Uso, considerando o Domínio Funcional da Conexão. Niterói, RJ, Brasil. E-mail: anaclaudiamachadoteixeira@id.uff.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8256-1474>.

²Doutor em Estudos Linguísticos (UFF). Professor adjunto do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense. E-mail: monclarlopes@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6238-958X>.

hierarchical relationships of a morphological and/or syntactic nature between close constituents, in a relatively small textual scope. In the macrogrammar dimension, argumentative operators involve a broader textual scope and capture aspects of the utterance itself and the textual macroconstruction. To account for this proposal, we prepared a brief bibliographic review of themes that we consider relevant to these two dimensions, indicating an important adjustment to refine our analyses about elements that operate, particularly, in the scope of macrogrammar. To exemplify this adjustment, we concisely examine conclusive connectors – mainly *portanto* – in articulation of clauses, periods, and paragraphs in 50 compositions which were graded 1000 in Enem. The data are investigated, under a primarily qualitative bias, in the light of Usage-Based Functional Linguistics and Text Linguistics.

Keywords: Conclusive connector. Microgrammar and macrogrammar. Usage-Based Functional Linguistics.

Introdução

A Linguística Funcional Centrada no Uso, doravante LFCU, é um modelo de descrição gramatical cujas investigações visam a dar conta de todos os níveis de análise linguística: o fonológico, o morfossintático, o semântico, o pragmático e o discursivo-funcional. Diferencia-se de outras abordagens funcionalistas, sobretudo, porque: a) implementa a abordagem construcional em suas análises; b) busca descrever não somente os fatos da língua, mas também a sua realidade psicológica, isto é, investiga como as construções linguísticas são adquiridas, armazenadas, produzidas e processadas na mente humana; c) dá a mesma relevância às propriedades da forma e do conteúdo, na medida em que enxerga os dois polos como interdependentes.

A LFCU tem se revelado um modelo bastante eficiente para o estudo de construções linguísticas de diferentes dimensões: das específicas às esquemáticas; das atômicas às complexas. Tal eficiência se mostra, sobremaneira, nas generalizações que buscam descrever a realidade psicológica das línguas como uma rede de construções, o que exige do pesquisador um maior rigor científico, tanto na seleção de *corpora* – no que tange à sua extensão, variedade de gênero, modalidade e registro – quanto no tratamento qualitativo dos dados – afinal, só é possível chegar a generalizações por meio de uma análise sistemática, com base em critérios bem demarcados, de múltiplas ocorrências.

Vale ressaltar que a maior parte das pesquisas realizadas até o momento se debruçou sobre fenômenos circunscritos na dimensão da microgramática (cf. HASELOW, 2016), que atua no nível suboracional e oracional. Podemos observar que, nesses casos, é relativamente

comum que se recorra a um escopo menor para a análise linguística, o que impacta na configuração das propriedades pragmáticas e discursivo-funcionais a serem analisadas. Não raro, a investigação das propriedades pragmáticas é feita por meio da leitura de um contexto linguístico imediato de extensão limitada: algumas linhas antes e outras linhas depois do objeto em estudo. Por sua vez, a descrição das propriedades discursivo-funcionais costuma recair sobre a sequência tipológica, articulada às implicações dessa sequência para a função discursiva/retórica da construção.

Não obstante, neste artigo, assumimos a hipótese de que construções que atuam em níveis supraoracionais, isto é, na esfera da macrogramática (cf. HASELOW, 2016), podem ser mais adequadamente descritas quando incluímos, na análise das propriedades pragmáticas, aspectos atinentes à enunciação e ao projeto de texto (cf. ABAURRE; ABAURRE, 2012); na análise das propriedades discursivo-funcionais, a noção de gênero de texto como macroconstrução (cf. HOFFMAN; BERGS, 2018). Entendemos que todos esses aspectos nos ajudam a entender a configuração, seleção e posição dos conectores no texto.

No intuito de atestar a plausibilidade de nossa hipótese, exploramos concisamente o emprego de conectores conclusivos, em especial o *portanto*, na articulação de orações, períodos e parágrafos em 50 redações nota mil do Enem. Para esse fim, baseamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da LFCU e da Linguística do Texto. Abaixo, seguem duas ocorrências, como ilustração:

(01) Sob essa ótica, pode-se afirmar que a maioria das instituições de ensino brasileiras, uma vez que são conteudistas, não contribuem no combate ao estigma relativo às doenças mentais e, portanto, não formam indivíduos da forma como Freire idealiza³.

(02) (...) É nesse contexto que a máxima do Empirismo Radical “Ser é ser percebido” reforça a urgência em ser considerado um cidadão, uma vez que a existência de um indivíduo diante do Estado ocorre substancialmente a partir do registro da certidão de nascimento, ou seja, esse é o meio de ser percebido como um agente social pela estrutura do país. Essa estrutura, segundo o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss, representa o conjunto de padrões sociais nos quais as relações interpessoais estão ancoradas e, desse modo, determina o papel do sujeito na comunidade. Como o registro civil, para obter direitos no Brasil, é estrutural à lógica contemporânea, a individualidade só se faz presente por meio dos documentos oficiais, o que promove, portanto, a invisibilidade daqueles que não os possuem. Além disso, tal apagamento identitário mantém o agravamento da problemática presente entre as gerações de forma cíclica, pois pais invisíveis geram filhos invisíveis ao país. Como é preciso ser registrado para ter acesso

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/educacaobarretos/photos/a.904850332957445/3835513483224434/?type=3> – Acesso em 16 jun. 2022.

aos princípios básicos para a manutenção da vida, os quais, de acordo com a consolidação dos direitos civis durante o iluminismo francês, são a propriedade, a liberdade e todos os aspectos que envolvem a vida, como educação e saúde, a garantia de acesso à cidadania representa um caminho para a valorização individual. Neste cenário, a supressão da invisibilidade e, conseqüentemente, a percepção pessoal da totalidade brasileira marcam o início do avanço social no país e afasta, por fim, da realidade analisada em “Oliver Twist”, na qual as pessoas não eram reconhecidas como seres humanos por não serem percebidas.

Há, *portanto*, a urgência de findar essa problemática notória na estrutura do Brasil. Cabe, então, ao ministério da Família e dos Direitos Humanos, responsável pelo encabeçamento da manutenção da seguridade social, promover, em parceria com prefeituras e subprefeituras, um aumento da eficácia de registro civil nos municípios. Essa ação irá ocorrer por meio de campanhas, as quais promoverão a conscientização sobre o acesso aos direitos civis, e documento da contratação de funcionários dos fóruns para agilizar o registro, principalmente, das certidões de nascimento. Dessa maneira, haverá a diminuição da marginalização de uma parcela populacional, seja ativamente pela garantia de acesso à cidadania, seja pelo rompimento do ciclo de invisibilidade⁴.

Sob a ótica da Linguística Textual, Koch e Elias (2017) declaram que os conectores podem articular orações, períodos e parágrafos. Quando atuam como articuladores sintáticos, apresentam “relações lógico-semânticas que estabelecem uma relação entre o conteúdo de duas orações”⁵. Quando atuam como operadores argumentativos, “determinam relações entre dois ou mais enunciados distintos, encadeando-se o segundo sobre o primeiro que é tomado como tema”⁶. Nesse último caso, articulam porções textuais mais amplas, como períodos e parágrafos.

Sob esse ponto de vista, tanto em (01) quanto em (02), *portanto* veicula a ideia de conclusão. No entanto, em (01), atua como *articulador sintático*; já em (02), como *operador argumentativo*, uma vez que introduz um enunciado

[...] de valor conclusivo em relação a dois ou mais atos de fala anteriores, isto é, a partir de uma premissa maior geralmente implícita e de uma premissa menor explícita, extrai-se uma conclusão. Quando primeiro é apresentado o argumento, o enunciado seguinte que contém a tese/opinião ou expressa a atitude é introduzido por um operador argumentativo de conclusão (KOCH; ELIAS, 2017, p. 137).

⁴ Disponível em: <https://www.pravaler.com.br/noticias/espelhos-da-redacao-do-enem-2021-sao-divulgados-veja-exemplos-de-textos-nota-mil/> - Acesso em 16 jun. 2022.

⁵ *Ibidem*, p. 132.

⁶ *Ibidem*, p. 132.

Em (01), transcrevemos um trecho de uma redação da edição de 2021 do Enem, cujo tema foi *o estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira*. Como é possível observar, na referida ocorrência, *portanto* articula uma porção mais local de texto, na medida em que remete às ideias circunscritas na oração anterior – *não contribuem no combate ao estigma relativo às doenças mentais*. Por isso, argumentamos que o articulador sintático atua na dimensão da microgramática (cf. HASELOW, 2016).

Já em (02), por sua vez, temos um texto da edição de 2021 do Enem, cujo tema foi *invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil*. Nesse dado, *portanto*, na função de operador argumentativo, situa-se no início do último parágrafo do texto e retoma tudo que foi dito no cotexto prévio. Atua na dimensão da macrogramática (cf. HASELOW, 2016) e envolve não apenas a relação entre dois atos de fala, mas também capta propriedades do gênero de texto como macroconstrução (cf. HOFFMAN; BERGS, 2018), conforme discutiremos na próxima seção.

Como sabemos, as redações do Enem exigem uma proposta de intervenção, que normalmente ocorre na última parte do texto dissertativo-argumentativo, estruturado em introdução, desenvolvimento e conclusão. Embora a proposta de intervenção possa ser vista, em sua essência, como uma espécie de finalidade, na medida em que as propostas apresentadas têm o objetivo de resolver um problema mobilizado no tema da redação – e não o de apresentar uma síntese de premissas previamente apresentadas –, predominam operadores argumentativos conclusivos na posição inicial dos últimos parágrafos das redações⁷. Dos cinquenta textos escolhidos para compor o *corpus* desta pesquisa, por exemplo, em apenas um deles, o parágrafo que dá início à proposta de intervenção é encabeçado por um operador argumentativo de finalidade, conforme veremos no dado (03), transcrito mais adiante na seção 4. Em todos os outros textos, os referidos parágrafos são iniciados por operadores conclusivos, em especial o *portanto*, que encabeça o último parágrafo de 39 textos.

A frequência de operadores discursivos de função conclusiva é tão alta na última parte das redações do Enem que postulamos que ele constitua um dos elementos de um esquema construcional textual nos termos de Hoffman & Bergs (2018). Segundo os estudiosos, os

⁷ Discutimos com mais detalhes a categoria semântica *conclusão* na seção 4.

textos podem ser interpretados como construções, em uma estrutura hierárquica semelhante a defendida por Traugott (2008a, 2008b): microconstrução, mesoconstrução e macroconstrução.

Sob esse ponto de vista, a última parte dos textos dissertativos-argumentativos – a que normalmente chamamos de conclusão – estaria ligada hierarquicamente a um nível macroconstrucional, em que os operadores argumentativos conclusivos estariam virtualmente disponíveis, muito embora o que se aponte no referido parágrafo não seja, em estrito senso, uma conclusão –teoricamente entendida como a síntese de duas premissas (cf. MARQUES; PEZATTI, 2015) –, mas, sim, uma finalidade.

No intuito de tratar a análise de articuladores sintáticos e de operadores argumentativos sob o olhar da microgramática e da macrogramática, aliada às noções de gênero de texto como macroconstrução, dividimos este texto em mais três seções: 2) Gramática de Construções e a dimensão do texto; 3) Da microgramática à macrogramática; 4) À guisa de exemplificação: conectores conclusivos em redações nota mil do Enem. Fechamos o texto com as considerações finais e as referências bibliográficas.

1. Gramática de Construções e a dimensão do texto

A máxima de que as línguas naturais são constituídas somente de construções – “it’s constructions all the way down⁸” (GOLDBERG, 2006, p.18) – é compartilhada pela maioria dos linguistas que trabalham com a Abordagem Construcional da Gramática (cf. CROFT, 2001; HILPERT, 2014; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; etc.)⁹. Sendo assim, afirmar que só há construções na língua implica considerar que tanto unidades muito pequenas – como morfemas – quanto outras muito grandes – como textos – são construções, isto é, são pareamentos simbólicos de forma e conteúdo.

Sabemos que utilizar a perspectiva construcional para a descrição de microconstruções (cujos componentes são especificados e delimitados) ou mesmo esquemas com estrutura previsível (como uma construção transitiva direta e indireta, por exemplo) é metodologicamente mais simples do que empregá-la para o estudo de um determinado gênero

⁸ Há somente construções de cima a baixo (tradução nossa).

⁹ Cabe frisar que há autores que defendem a existência de lexemas e construções na língua, como Diessel (2019), por exemplo.

de texto, que apresenta formas e conteúdos de natureza muito genérica e variada. Afinal, dois exemplares de um mesmo gênero costumam apresentar muitas diferenças entre si, muito embora seus aspectos composicionais, temáticos e estilísticos garantam sua adesão ao gênero.

Apesar do desafio, alguns autores já têm se debruçado sobre essa árdua tarefa. Hoffman e Bergs (2018), por exemplo, apresentam um modelo de análise que interpreta os gêneros e os tipos textuais como pareamentos complexos de forma e significado que exibem os mesmos efeitos de enraizamento e esquematização que as construções morfológicas e sintáticas. Apoiados na concepção taxonômica de Traugott (2008a, 2008b), que hierarquiza as construções verticalmente em diferentes níveis de esquematicidade (microconstruções, mesoconstruções e macroconstruções), os autores defendem que os gêneros textuais se submetem à mesma estrutura organizacional em rede.

Sob esse ponto de vista, a virtualidade dos esquemas vai se configurando por meio da abstratização de propriedades da forma e do conteúdo a partir da experiência que os usuários têm com os diversos exemplares de texto. Um usuário letrado em receita culinária, por exemplo, sabe que esse gênero mobiliza certos recursos linguísticos específicos (substantivos concretos, numerais e expressões quantificadoras, sequenciadores, verbos transitivos na forma imperativa, que envolvem uma semântica de processo material etc.), envolve duas sequências textuais predominantes (a descrição para a parte dos ingredientes; a injunção para a parte do modo de preparo), ocorre em contextos discursivos específicos (envolve um plano que exige a execução de uma série de procedimentos, temporalmente encadeados), entre outros aspectos.

Esse conhecimento se organiza hierarquicamente, na medida em que os níveis mais baixos – microconstrucionais – podem ser representados por exemplares de texto estocados na memória (como é relativamente comum com receitas, letras de música e poemas), ao passo que as macroconstruções são representadas pelo conhecimento abstrato acerca dos aspectos composicionais, estilísticos e temáticos de cada gênero. Afinal, todo usuário letrado em um determinado gênero textual sabe qual é sua função social, seu contexto de uso, os temas que ele comporta, o estilo previsto e seus aspectos estruturais.

Cabe frisar que, neste trabalho, não temos a intenção de empregar a abordagem construcional para a descrição de gêneros de texto propriamente ditos, conforme a proposta de Hoffman e Bergs (2018). Não obstante, defendemos que construções que atuam na dimensão

da macrogramática (cf. HASELOW, 2016)¹⁰, sobretudo aquelas que visam a organizar e hierarquizar as informações no texto, bem como a endereçar um encaminhamento interpretativo, têm sua escolha motivada tanto por aspectos do conteúdo oriundos do gênero de texto quanto pelo projeto de texto do autor. Por esse motivo, a dimensão macroconstrucional do gênero torna-se fundamental para a sua descrição.

2. Da microgramática à macrogramática

Em busca de uma concepção mais ampla de gramática, Haselow (2016) propõe dois tipos de relações gramaticais, às quais dá o nome de microgramática e macrogramática. A primeira diz respeito aos padrões estruturais internos do período, isto é, corresponde às unidades de análise comuns na investigação gramatical. Já a última se refere ao padrão transfrásico, que engloba as relações entre dois ou mais períodos, parágrafos ou até mesmo textos inteiros.

De acordo com o estudioso (2016), esses dois tipos de gramática se distinguem quanto aos princípios de serialização. Na microgramática, eles se organizam por meio de relações hierárquicas de natureza morfológica e/ou sintática entre constituintes próximos, em um escopo textual relativamente pequeno. É característica também da microgramática que a relação entre os constituintes forme ou altere o conteúdo proposicional das sentenças, à medida que essas unidades – oração e sentença – vão sendo desenvolvidas. Por sua vez, na macrogramática, os princípios de serialização envolvem um escopo textual mais amplo e captam aspectos da própria enunciação, uma vez que mobilizam (i) o planejamento de fala, (ii) a processabilidade, (iii) a coerência textual e (iv) a integração ao contexto. Paralelamente, na dimensão da macrogramática, os conteúdos proposicionais não são alterados: apresentam-se, ao longo do texto, novos tópicos e estados de coisa, mas o conteúdo proposicional daquilo que foi dito em sentenças prévias continua válido, até mesmo porque essa é uma condição para a coerência textual.

Vale ressaltar que, além de Haselow (2016), há vários outros pesquisadores cujos estudos evocam uma dimensão gramatical superior ao período. Ducrot e Anscombre (1976), por exemplo, insurgiram-se contra a ideia de que a sintaxe se restringe necessariamente à

¹⁰ O conceito de macrogramática será tratado na seção 2.

dimensão do período. Sob o rótulo *macrossintaxe do discurso*, os autores mostram que os conectores também atuam em dimensões mais amplas do que o período e que, não necessariamente, têm uma função meramente relacional. Muitas vezes, na verdade, assumem um caráter discursivo-argumentativo, na medida em que determinam o valor argumentativo dos enunciados, isto é, refletem o ponto de vista do enunciador e suas escolhas de hierarquização e organização das informações em seu projeto de texto.

Com base nos estudos de Ducrot e Anscombre (1976), Koch (2002) divide os conectores em lógico-semânticos e em discursivo-argumentativos. Como vimos, os primeiros atuam como articuladores sintáticos no estabelecimento de uma relação entre o conteúdo de duas orações; os últimos, por sua vez, atuam como operadores argumentativos, pois encadeiam dois ou mais atos de fala. Segundo Koch e Elias (2017, p. 76), pode-se definir o *operador argumentativo* ou *discursivo* como o elemento linguístico “responsável pelo encadeamento dos enunciados, estruturando o texto e determinando a orientação argumentativa” (KOCH; ELIAS, 2017, p. 76).

Como podemos observar, as noções de macrogramática (cf. HASELOW, 2016) e de macrossintaxe (cf. DUCROT; ANSCOMBRE, 1976) são complementares, na medida em que possibilitam a investigação das estruturas linguísticas na dimensão do texto, o que representa, de fato, um grande avanço. Todavia, como sabemos, os diversos gêneros de texto, assim como as diferentes sequências tipológicas, mobilizam estruturas diferentes na articulação de suas partes. Sob esse ponto de vista, é natural que gêneros constituídos por diferentes sequências tipológicas, com funções sócio-retóricas distintas (informar, convencer, instruir etc.), redigidos em diferentes registros (mais ou menos formais) e modalidades (oral ou escrita) mobilizem diferentes estratégias de conexão. Por esse motivo, defendemos, aqui, que um conector do tipo *operador argumentativo*, em virtude de atuar na dimensão textual, é mais bem descrito quando levamos em consideração o gênero de texto em que aparece, bem como o projeto de texto do enunciador. Essa decisão nos leva a investigar os operadores argumentativos conclusivos articulados à macroconstrução do gênero de texto.

De acordo com Traugott (2008a, 2008b), a macroconstrução se caracteriza como o nível mais alto e geral de abstração de uma categoria. Sob essa ótica, é constituída por aspectos de forma e de conteúdo bem menos especificados. É exatamente esse caráter mais

abstrato e genérico que permite que um mesmo gênero textual possa mobilizar diferentes temas, estilos e estruturas e, mesmo assim, continuar sendo o mesmo gênero.

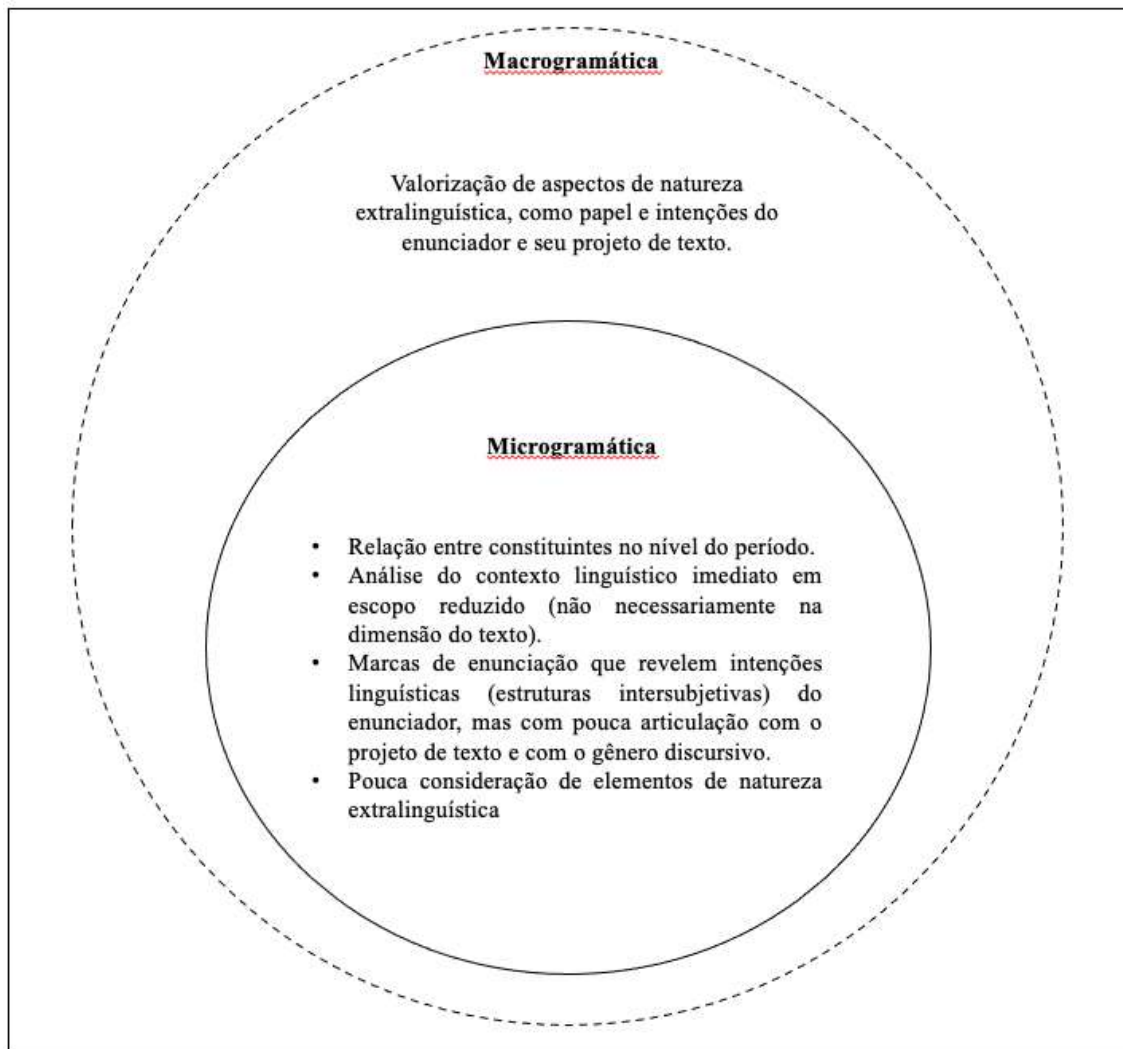
Compreender o gênero como macroconstrução implica buscar descrevê-lo como um pareamento de forma e de conteúdo, levando-se em consideração suas propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. Se pensarmos nas propriedades fonológicas de um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, num primeiro momento, poderíamos até pensar que não haveria especificações fonológicas, já que o enunciador pode selecionar palavras constituídas por fonemas totalmente distintos. Contudo, ele não deve redigir esse gênero por meio de versos ritmados, recorrendo a assonâncias ou aliterações. Ou seja, há muita liberdade de escolha, mas há também coerção: há uma previsão do que se pode e do que não se pode usar.

Com isso, não queremos dizer que os gêneros são formas estáveis, inalteráveis. Entendemos perfeitamente, como já defendia Bakhtin (1992), que os gêneros são formas verbais relativamente estáveis. Nesse sentido, os gêneros podem mudar de acordo com as necessidades sociais, o que permitiria, em tese, a redação de um artigo de opinião por meio de linguagem ritmada, própria da poesia. Não obstante, o mais comum é que recorramos a um padrão discursivo já conhecido, que represente uma tradição discursiva social. Inclusive, sobre esse aspecto, afirma Bazerman (2006, p. 23):

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São *frames* para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não-familiar.

Em virtude dos nossos objetivos para este texto e do espaço de que dispomos, não exploraremos, aqui, todos os aspectos que envolvem a descrição macroconstrucional do gênero de texto. O nosso foco está na defesa de um olhar mais amplo para aquilo que comumente examinamos nas propriedades pragmáticas e discursivo-funcionais quando nossas análises recaem sobre fenômenos que atuam no nível microgramatical. Essa dimensão mais ampla de análise pode ser observada nas figuras 1 e 2, logo a seguir:

Fig. 1. Dimensão microgramatical e macrogramatical das propriedades pragmáticas.



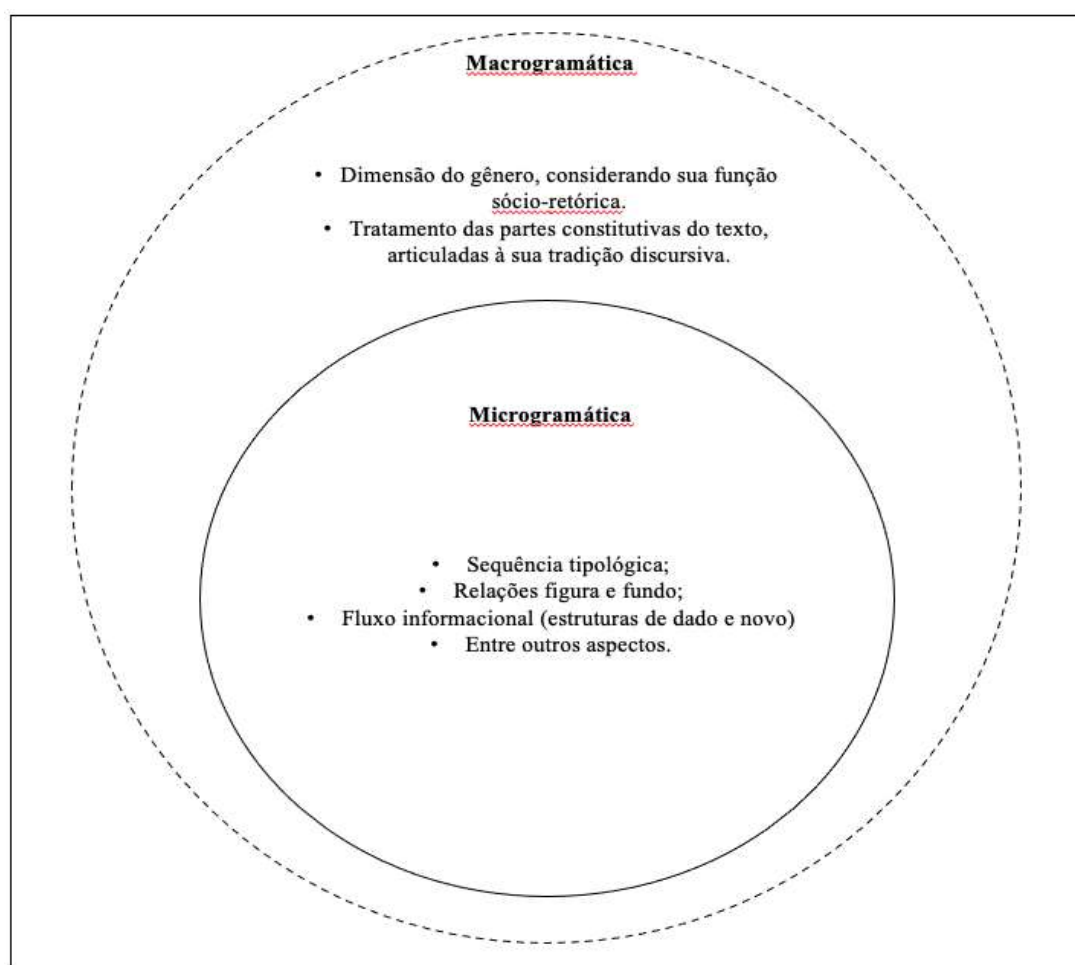
Fonte: Elaboração própria.

Conforme podemos notar na figura 1, em nossa perspectiva, a descrição das propriedades pragmáticas de uma macroconstrução de gênero deve prever a situação de produção de discurso. Nesse sentido, os atores da enunciação passam a ser relevantes, como, por exemplo, saber quem é o enunciador, o seu papel social e com que intenções se dirige a seu enunciatário. Paralelamente, podemos observar como ele seleciona, organiza e hierarquiza informações em seu projeto de texto. Um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, em virtude de sua natureza argumentativa em direção à adesão do enunciatário para um

determinado ponto de vista, mobiliza determinadas estruturas que podem ser descritas em articulação com o projeto de texto.

É exatamente o que observamos com o operador argumentativo conclusivo, um recurso coesivo de orientação argumentativa intersubjetiva que estrutura um argumento baseado em premissas. Dito isso, vamos agora para a análise das propriedades discursivo-funcionais sob uma dimensão macroconstrucional do gênero:

Fig. 2. Dimensão microgramatical e macrogramatical das propriedades discursivo-funcionais.



Fonte: Elaboração própria.

Gêneros textuais podem ser vistos como padrões discursivos. Segundo Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 19), o padrão discursivo consiste

[...] num construto sociocognitivo de comunicação, atualizado em uma dada configuração textual, que emerge e se ritualiza em contextos comunicativos específicos nos quais os indivíduos se engajam cotidianamente (ÖSTMAN, 2005). Nesse sentido, uma receita culinária, um ofício, uma piada, uma conferência, por exemplo, representam um padrão discursivo genérico (ou construção discursiva), constituindo-se um par forma/função (o plano formal corresponde às relações e organização internas; o funcional, às relações contextuais e pragmáticas), relativamente convencionalizado.

Sob esse ponto de vista, gêneros são rotinas comunicativas a que recorremos em consonância com o contexto em que nos encontramos e nossas intenções comunicativas. Por isso, cada texto tem uma função sócio-retórica própria.

Normalmente, na dimensão da microgramática, pesa para a análise o papel da sequência tipológica e de algumas estruturas de informação que se fixaram na língua como um modelo discursivo, como a relação figura-fundo em textos narrativos, por exemplo, ou a articulação dado e novo. Em uma dimensão macroconstrucional do gênero, defendemos que tanto a função social do gênero importa quanto as suas partes constitutivas, isto é, o gênero não é somente constituído de sequências tipológicas, mas também de partes de função retórica particular. Um texto dissertativo-argumentativo, nesse sentido, tem uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão e cada uma dessas partes comporta funções argumentais próprias, como já dissemos previamente.

Vale ressaltar, aqui, que a descrição que acabamos de fazer sobre as propriedades discursivo-funcionais podem parecer sobrepor as propriedades pragmáticas descritas logo acima, sobretudo no que diz respeito às partes constitutivas de um gênero de texto e o projeto de texto do enunciador. No entanto, entendemos essas duas coisas – partes constitutivas de um texto e projeto de texto – como coisas distintas. As primeiras pertencem às propriedades discursivo-funcionais porque representam modelos de enunciado que se fixaram por meio do uso. O projeto de texto, por sua vez, é pragmático porque diz respeito à forma com que o enunciador seleciona, hierarquiza e organiza as informações de seu texto.

3. À guisa de exemplificação: conectores conclusivos em redações nota mil do Enem

O Enem solicita ao candidato, normalmente um jovem estudante concluinte do Ensino Médio, a redação de um texto dissertativo-argumentativo, em até 30 linhas, voltada para um

tema que o leva a refletir sobre um problema social. Nesse tipo de atividade, espera-se que o candidato, de um lado, seja capaz de selecionar e organizar argumentos de natureza variada, que elucidem, sobretudo, as relações de causa e consequência do problema em pauta; de outro, mostre sua habilidade em propor soluções concretas e eficazes para a resolução desse problema. Em linhas gerais, o texto do Enem costuma corresponder a um esquema textual virtual, que se manifesta em uma estrutura de causa → consequência (no desenvolvimento) → solução (na conclusão).

Segundo Marques e Pezatti (2015), a conclusão é constituída por um raciocínio inferencial lógico, sendo o resultado da derivação de duas premissas, uma explícita e mais específica e outra possivelmente implícita e mais abrangente. Essa relação costuma ser representada pela fórmula *P portanto Q*, em que P é uma premissa e Q uma conclusão. O caso mais exemplar dessa relação é o silogismo, como podemos observar, a seguir: *Todo homem é mortal (P1); Sócrates é homem (P2); Logo, Sócrates é mortal (Q)*.

Como podemos notar, a conclusão, conforme expressa no referido silogismo, emerge de uma relação implicativa lógica. Isso ocorre porque o raciocínio, em certa medida, é matemático. Não há outra conclusão a que se possa chegar a partir da relação entre as duas premissas. Nesse sentido, ela é necessária e incontornável.

No entanto, na redação do Enem, não é esse tipo de conclusão que usualmente ocorre. Ao apresentar uma solução para o problema mobilizado pelo tema de redação, o candidato sugere ações concretas que TENHAM A FINALIDADE de resolvê-lo, ou ainda, mitigá-lo. Dessa maneira, levando-se em consideração o projeto de texto – isto é, o esquema geral da estrutura do texto, no qual se estabelecem os principais pontos pelos quais deve passar a argumentação a ser desenvolvida (cf. ABAURRE; ABAURRE, 2012) –, seria mais esperado que o candidato priorizasse, como conector introdutor desse parágrafo, um operador de finalidade, e não de conclusão. É o que ocorre em (03), logo abaixo, em que está transcrita uma proposta de intervenção de uma redação do Enem 2014, cujo tema era *publicidade infantil em questão no Brasil*:

(03) *Com o intuito de* melhor adequar os “consumidores do futuro” a essa realidade, e não apenas almejar o lucro, é preciso prepará-las para absorver as muitas informações. Isso pode ser obtido por meio de campanhas promovidas pelo Poder Público nas escolas (com atividades lúdicas e conscientizadoras) e na mídia (TV, rádio, jornais impressos, internet), bem como a

criação de uma legislação específica sobre marketing infantil no Brasil – fiscalizando empresas (prevenindo possíveis abusos) – além de orientação aos pais para que melhor lidem com o impulso de consumo dos filhos (tornando as crianças conscientes de suas reais necessidades). Dessa forma, os consumidores da próxima geração estarão prontos para cumprirem suas responsabilidades enquanto cidadãos brasileiros (preocupados também com o próximo) e será promovido o desenvolvimento da nação.¹¹

Não obstante esse dado isolado, conforme já declaramos previamente, predominam operadores argumentativos conclusivos em parágrafos destinados à proposta de intervenção. Dos 50 textos, há operadores argumentativos conclusivos em 49 textos, assim distribuídos:

Quadro 1. Operadores argumentativos conclusivos empregados nas propostas de intervenção.

Portanto	Diante do(s) (exposto, fatos, argumentos)	Visto isso	Dessa forma	Por fim	Destarte
39	4	1	1	2	2
Total: 49 ocorrências					

Fonte: Elaboração própria.

Sustentamos que essa predominância está associada a aspectos genéricos do texto dissertativo-argumentativo. Dessa maneira, embora o texto se concentre em retratar relações de causa → consequência → solução, há uma coerção da macroconstrução textual, que motiva o escritor a empregar um operador discursivo conclusivo na última parte do texto. Como ilustração, abaixo, segue uma nova ocorrência:

(04)Uma referência quando o assunto é democracia é a antiga cidade grega Atenas, onde surgiu essa forma de governo com a participação popular na política e a valorização da cidadania, a qual, contudo, era bastante restrita, visto que excluía mulheres, estrangeiros e escravos. Nesse sentido, é possível observar que o Brasil atual vive uma situação análoga à ateniense, dado que, mesmo sendo uma democracia – neste caso, indireta – quase 3 milhões de brasileiros, segundo projeção do IBGE, não possuem registro civil, não sendo por isso, reconhecidos como cidadãos. Assim, torna-se imprescindível discutir essa situação, pois ela repete erros antigos ao privar grupos sociais da participação democrática e se perpetua por conta da morosidade do Estado que afeta direitos constitucionais.

Sob essa ótica, cabe frisar que a garantia de registro civil a todos os brasileiros é essencial e urgente porque permite a sua participação na sociedade. Acerca disso, o filósofo grego Aristóteles, segundo o conceito de ZoonPolitikon, afirmava que o ser humano é um

¹¹ Disponível em: <https://oimparcial.com.br/educacao/2018/09/6-exemplos-de-redacoes-que-tiveram-nota-1000-no-enem/5/#the-post>. Acesso em 16 jun. 2022.

animal político e que a sua finalidade é a obtenção da felicidade, adquirida ao exercer o que lhe é substancial: pensar e viver em sociedade.

Dessa forma, evidencia-se a problemática da falta de acesso à cidadania no Brasil, uma vez que as pessoas que não são reconhecidas pelo Estado, devido à falta de documentação, são, por conseguinte, privadas da participação política e negligenciadas pela sociedade, impedidas de exercer a sua finalidade e alcançar a felicidade.

Ademais, é válido apontar que essa exclusão política vem sendo perpetuada pela lentidão administrativa do Estado. Nesse contexto, relembra-se que o sociólogo Gilberto Dimenstein, em sua obra “O Cidadão de Papel”, afirma que, embora o Brasil possua um sólido aparato legislativo, ele mantém-se restrito ao plano teórico. Dessa maneira, verifica-se a materialização do apontado por Dimenstein no fato de que os direitos previstos na Constituição Cidadã de 1988 não são garantidos a todos os brasileiros na prática, o que ocorre em grande parte devido à burocracia e à morosidade do Estado, que dificultam o registro dessas pessoas. Logo, sem documento, esses cidadãos invisíveis são privados do pleno acesso aos seus direitos constitucionais.

Portanto, infere-se que é mister que o Estado – cumprindo seu papel de garantir a cidadania a todos os brasileiros e de efetivar a Constituição Federal – combata as razões de sua própria lentidão por meio do destino de verbas para a construção de novas zonas de registro e para a contratação de profissionais para esse fim. Isso deve ser feito a fim de que não mais existam grupos excluídos da participação democrática, como ocorria em Atenas, e se garantam cidadania e os direitos, além da plena vivência política, a toda a população do Brasil¹².

Em (04), transcreve-se um texto completo da edição de 2021 do Enem, cujo tema foi *invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil*. No desenvolvimento da referida redação, como podemos observar, estão presentes argumentos de causa – como *a falta de acesso (...) devido à falta de documentação* – e consequência – *esses cidadãos invisíveis são privados do pleno acesso aos seus direitos constitucionais*, nos terceiro e quarto parágrafos. Por fim, apresenta-se a proposta de intervenção, introduzida por um operador conclusivo: *Portanto, infere-se que é mister que o Estado (...) combata as razões de sua própria lentidão por meio do destino de verbas para a construção de novas zonas de registro e para a contratação de profissionais para esse fim. (...)*.

Sob um olhar cognitivo, a coerção existente para o emprego de um operador conclusivo, na última parte do texto, seria o resultado da frequência de uso. Isso significa que o emprego de elementos conclusivos é tão recorrente que ele já está virtualmente contido nos níveis mais esquemáticos. A macroconstrução em que esse elemento virtual está previsto pode ser representada como [(X)_{OA} proposição(ões)]. Nesse caso, o X entre parênteses representaria um operador argumentativo potencialmente recrutado para o uso. Como

¹²Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/enem-2021-leia-redacoes-nota-1000/352425.html>. Acesso em 16 jun. 2022.

sabemos, embora esses elementos sejam muito recorrentes – ocorrem em todos os textos do nosso *corpus*, por exemplo –, seria perfeitamente possível redigir uma proposta de intervenção ou uma conclusão sem emprego de operadores.

A noção de coerção da macroconstrução torna-se mais nítida quando o operador argumentativo conclusivo empregado não é prototípico. Esse é o caso de *visto isso*, que ocorre uma única vez no *corpus*. Segue a ocorrência:

(05) A mulher vem, ao longo dos séculos XX e XXI, adquirindo valiosas conquistas, como o direito de votar e ser votada. Entretanto, a violência contra este gênero parece não findar, mesmo com a existência de dispositivos legais que protegem a mulher. A diminuição dos índices deste tipo de violência ocorrerá no momento em que os dispositivos legais citados passarem a ser realmente eficazes e o machismo for efetivamente combatido, desafios esses que precisam ser encarados tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil. A Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, por exemplo, são dispositivos legais que protegem a mulher.

Entretanto, estes costumam ser ineficazes, visto que a população não possui esclarecimentos sobre eles. Dessa forma, muitas mulheres são violentadas diariamente e não denunciam por não terem conhecimento sobre as ditas leis e os agressores, por sua vez, persistem provocando violências físicas, psicológicas, morais, etc., por, às vezes, não saberem que podem ser seriamente punidos por suas ações.

Somado a isso, o machismo existente na sociedade brasileira contribui decisivamente para essa persistência. Na sociedade de caráter patriarcal em que vivemos é passado, ao longo das gerações, valores que propagam a ideia de que a mulher deve ser submissa ao homem. Essa ideia é reforçada pela mídia ao apresentar, por exemplo, a mulher com enorme necessidade de casar, e, quando consegue, ela deve ser grata ao homem, submetendo-se, dessa forma, às suas vontades. Com isso, muitos homens crescem com essa mentalidade, submetendo assim, suas esposas aos mais diversos tipos de violência.

Visto isso, faz-se necessária a reversão de tal contexto. Para isso, é preciso que o Poder Público promova palestras em locais públicos nas cidades brasileiras a fim de esclarecer a população sobre os dispositivos legais existentes que protegem a mulher, aumentando, desse modo, o número de denúncias. Aliado a isso, é preciso que as escolas, junto com a equipe de psicólogos, promovam campanhas, palestras, peças teatrais, etc., que desestimulem o machismo entre crianças e adolescentes para que, a longo prazo, o machismo na sociedade brasileira seja findado. Somado a isso, a população pode pressionar a mídia através das redes sociais, por exemplo, para que ela passe a propagar a equidade entre gêneros e pare de disseminar o machismo na sociedade¹³.

Em (05), temos uma redação da edição de 2015 do Enem, cujo tema foi *a persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira*. A expressão *visto isso* atua como operador argumentativo conclusivo e esse valor parece ser o resultado da coerção macroconstrucional. Afirmamos isso com base em um levantamento de *visto isso* na base de

¹³ Disponível em: <https://www.imagineie.com.br/enem/exemplo-de-redacao/enem-2015-a-persistencia-da-violencia-contra-a-mulher-na-sociedade-brasileira/758239> - Acesso em 16 jun. 2022.

dados *Now*, no *Corpus do Português*. Das 397 ocorrências presentes no corpus, apenas 17 ocorrem no contexto de conexão, predominantemente com uma função de sequenciador, como podemos notar no dado a seguir:

(06) No sábado (20), foi ao ar uma cena em que Deborah Secco corta os cabelos em ‘Segundo Sol’, ao interpretar a vilã Karola. Depois de exibir o corte Joãozinho, a atriz repercutiu amplamente na web, recebendo mensagens de famosos e fãs. Apesar de tudo, ainda havia um tópico não finalizado, devido a fãs especularem (e outros até chegarem a afirmar) que Deborah teria recebido dinheiro para tosar as madeixas, que antes estavam aproximadamente no comprimento dos seios. *Visto isso*, a atriz deu fim aos boatos, ao se pronunciar no Twitter: “E os Rurus e os nem tão Rurus assim que acham que eu ganhei dinheiro pra cortar o cabelo? Kkkk... Amores, eu ganhei a CHANCE de viver esse momento artístico importante com vocês! A gente não ganha mais ou menos se a personagem chorar, rir ou cortar o cabelo”¹⁴.

As observações tecidas até agora sobre o emprego dos operadores argumentativos em parágrafos finais do texto vão ao encontro das discussões prévias acerca da dimensão da macrogramática. Mais especificamente, essas propriedades emergem, no nosso ponto de vista, das propriedades discursivo-funcionais, na medida em que dizem respeito às tradições discursivas “impostas” pelo gênero. Articulam porções maiores de texto e a seleção de um operador discursivo conclusivo é o resultado da automatização. Ou seja, de tanto se empregarem esses elementos em parágrafos finais de textos dissertativo-argumentativos, eles fazem parte da macroconstrução textual e, por isso, estão potencialmente disponíveis para o uso nesses contextos.

No entanto, é importante esclarecer que a dimensão macrogramatical comporta todas as unidades supraoracionais, de acordo com Haselow (2016). Sob esse ponto de vista, o uso de *portanto* – ou de outro operador argumentativo conclusivo –, na posição interperíodo, também atua na dimensão macrogramatical. Contudo, é importante observar que, nesses contextos de uso, diferentemente, esses elementos parecem ser recrutados mais por influência de propriedades pragmáticas, mais especificamente, condizentes com o projeto de texto do escritor. Nesse caso, não há propriamente uma coerção da macroconstrução, mas uma escolha do usuário frente a seu planejamento enunciativo. Vejamos uma ocorrência de *portanto* na posição interperíodo:

¹⁴ Disponível em: <https://observatoriodosfamosos.bol.uol.com.br/destaques/2018/10/deborah-secco-nega-ter-recebido-dinheiro-para-cortar-cabelo-e-esclarece-especulacoes>. Acesso em 16 jun. 2022.

(07) Muito se discute acerca dos limites que devem ser impostos à publicidade e propaganda no Brasil, sobretudo em relação ao público infantil. Com o advento do meio técnico-científico informacional, as crianças são inseridas de maneira cada vez mais precoce ao consumismo imposto por uma economia capitalista globalizada – a qual preconiza flexibilidade de produção, adequando-se às mais diversas demandas. Faz-se necessário, *portanto*, uma preparação específica voltada para esse jovem público, a fim de tornar tal transição saudável e gerar futuros consumidores conscientes¹⁵.

Em (07), temos um trecho de redação do Enem 2014, cujo tema foi *publicidade infantil em questão no Brasil*. *Portanto* está na posição interperíodo e remete ao período anterior, destacado na ocorrência. Envolve relações hierárquicas mais altas, acima da morfologia e da sintaxe, relacionando dois atos de fala. Vale frisar que, embora também atue na dimensão supraoracional – da macrogramática –, e por isso seja classificado como *operador argumentativo*, tem função distinta dos operadores argumentativos conclusivos que iniciam parágrafos finais de textos dissertativo-argumentativos. De um lado, há a diferença no escopo: o *portanto* interperíodo articula porções de texto relativamente menores – um ou mais períodos anteriores –, enquanto o *portanto* interparágrafo – na última parte do texto dissertativo-argumentativo – articula o último parágrafo com todo o texto prévio. De outro, o uso interperíodo não sofre o mesmo tipo de coerção macroconstrucional vista nos últimos parágrafos de textos dissertativo-argumentativos. Nesse tipo de contexto, o usuário escolhe, provavelmente de maneira intencional, uma estrutura de valor conclusivo para seu projeto de texto. Por fim, segue uma ocorrência em que *portanto* atua na dimensão da microgramática:

(08) Em segundo lugar, ressalta-se que há, no Brasil, uma evidente falta de informações sobre os transtornos mentais, fomentando grande preconceito, estranhamento com essas doenças. Nesse sentido, é lícito referenciar o filósofo grego Platão, que em sua obra “A República”, narrou o intitulado “Mito da Caverna”, no qual homens, acorrentados em uma caverna, viam somente sombras na parede, acreditando, *portanto*, que aquilo era a realidade das coisas. Dessa forma, é notório, que, em situação análoga à metáfora abordada, os brasileiros sem acesso aos conhecimentos acerca dos transtornos mentais, vivem na escuridão, isto é, ignorância disseminando atitudes preconceituosas¹⁶.

¹⁵ Disponível em: <https://www.mundovestibular.com.br/articles/114/1/redacao-nota-10-do-enem/>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

¹⁶ Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/enem/enem-confira-redacoes-nota-mil-da-edicao-de-2020/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Em (08), transcrevemos um trecho da edição digital do Enem de 2020, cujo tema foi *o desafio de reduzir as desigualdades entre as regiões do Brasil*. Nele, *portanto* atua como articulador sintático, haja vista que articula porções bastante locais de texto, mais especificamente, a oração prévia – *viam somente sombras na parede*. Nesse contexto, pertence à dimensão microgramatical, já que se trata de uma relação hierárquica de natureza sintática entre constituintes mais próximos, no escopo do próprio período.

Considerações finais

Neste texto, buscamos analisar dois diferentes níveis de atuação dos conectores conclusivos (em especial o *portanto*): no papel de articulador sintático – quando estabelece relações entre o conteúdo de duas orações – e no papel de operador argumentativo – quando articula porções maiores de texto, como períodos e parágrafos. Para isso, propomos uma investigação aliada às noções de microgramática e macrogramática (HASELOW, 2016) e de gênero de texto como macroconstrução (HOFFMAN; BERGS, 2018).

Entendemos que este texto assume mais adequadamente a função de promover uma discussão de ordem teórica do que propriamente a de promover uma análise de diferentes usos dos conectores conclusivos. Por esse motivo, optamos por nomear a quarta seção do texto com o rótulo *à guisa de exemplificação: conectores conclusivos em redações nota mil do Enem*. Nosso maior objetivo é o de sugerir, mesmo que ainda de forma não muito aprofundada, as potencialidades de análise que os trabalhos de Haselow (2016) e de Hoffman e Bergs (2018) podem conferir ao estudo dos articuladores sintáticos e dos operadores argumentativos. Nesse sentido, naturalmente, as observações tecidas neste texto, em especial sobre o *portanto*, devem ser válidas para outros conectores da mesma natureza.

Reconhecemos, também, que as análises propostas na seção 4, em virtude dos objetivos traçados para esse texto, não exploram com profundidade as representações propostas pelas figuras 1 e 2. Sustentamos a ideia de que, sendo a abordagem construcional um modelo holístico, que deve captar todas as dimensões e nuances do conhecimento linguístico, isso deve estar refletido nas propriedades construcionais. Nesse sentido, as figuras 1 e 2 representam nossa tentativa em organizar todos os tipos de conhecimento abarcados pelas propriedades pragmáticas e discursivo-funcionais, distribuindo-as nas dimensões da

microgramática e da macrogramática. Naturalmente, não se trata de uma descrição exaustiva. As figuras podem ser revistas ou, ainda, ter seu conteúdo ampliado e/ou aprofundado para dar conta da análise de outras construções linguísticas.

Referências

- ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. *Um olhar objetivo para produções escritas: analisar, avaliar, comentar*. São Paulo: Moderna, 2012.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAZERMAN, C. *Gênero, Agência e escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar*. New York: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA, M. A. F; BISPO, E. B; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: Conceitos Básicos e Categorias Analíticas. In: CEZARIO, M. M; CUNHA, M. A. F. (Orgs.). *Linguística Centrada no Uso*. Uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013, p. 13-40.
- DUCROT, O; ANSCOMBRE, J. C. L'argumentation dans la langue. *Langages*42, Paris, Didier-Larousse, 1976, p. 5-27.
- GOLDBERG, A. *Constructions at Work*. The Nature of Generalization in Language. New York: Oxford University Press, 2006.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, I. G. V; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2017.
- HASELOW, A. A processual view on grammar: Macrogrammar and the final field in spoken syntax. *Language Sciences*,54, 2018, p. 375-424.
- HILPERT, M. *Construction Grammar and its application to English*. Edinburgh: Edinburgh Textbooks, 2014.
- HOFFMAN, T; BERGS, A. A Construction Grammar Approach to Genre. *CogniTextes*, v. 18, 2018, p. 1-20.
- MARQUES, N. B. N.; PEZATTI, E. G. *A relação conclusiva na língua portuguesa*. Funções resumo, conclusão e consequência. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

TRAUGOTT, E. C. The grammaticalization of NP of NP constructions. In: BERGS, A; DIEWALD, G. (eds.). *Constructions and Language Change*. New York: Mouton de Gruyter, 2008a, p. 21-43.

_____. ‘All that he Endeavored to Prove was...’: On the Emergence of Grammatical Constructions in Dialogual Contexts. In: KEMPSON, R; COOPER, R. (eds.). *Language Change and Evolution*. London: Kings College Publication, 2008b, p. 143-177.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. New York: Oxford University Press, 2013.

Recebido em: 20/06/2022.

Aceito em: 21/07/2022.